

**ACTA Nº 3 – Terceira Sessão Ordinária
da Assembleia Municipal de Montalegre,
realizada no dia 27 de Junho de 2008**

No dia vinte e sete do mês de Junho do ano de dois mil e oito, pelas catorze horas e quinze minutos, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Discussão e votação da acta da 2ª sessão ordinária realizada no passado dia 24 de Abril de 2008.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

4.2 – 1ª Revisão aos Documentos Previsionais / Ano financeiro de 2008

4.3 – Proposta de alteração dos Estatutos da Empresa “Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso. S.A” / Pedido de autorização.

4.4 – Deliberação camarária de 7 de Abril de 2008 que aprovou a transferência da gestão do sistema de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos para a Empresa “Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A” / Proposta de revogação da deliberação da Assembleia Municipal de 24 de Abril de 2008.

4.5 – Delegação de competências no Conselho Directivo da Associação de Municípios do Alto Tâmega para aprovação das orientações estratégicas e representação nos contratos de gestão e/ou de contratos- programa relativamente à Empresa “Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A”/ Proposta de Revogação da deliberação da Assembleia Municipal de 27 de Junho de 2007.

4.6 – ADRAT / Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano financeiro de 2007.

4.7- ADRAT I & D, Sociedade Unipessoal, Lda / Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano financeiro de 2007.

4.8 – Liga dos Amigos do Hospital Distrital de Chaves / Relatório de actividades e Contas de Gerência relativos aos Exercício de 2007.

4.9 – Região de Turismo do Alto Tâmega e Barroso / Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano financeiro de 2007.

4.10 - Barrosana, E.M/ Relatório e Contas relativas ao ano exercício económico de 2007.

5 – Período após a ordem do dia

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 57 (cinquenta e sete) membros.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Discussão e votação da acta da 2ª sessão ordinária realizada no passado dia 24 de Abril de 2008.

A acta da sessão ordinária do dia vinte e quatro de Abril de 2008 foi posta à consideração, tendo o deputado Acácio Gonçalves feito alguns reparos.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à mesa: Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exma. mesa da Assembleia: Acácio da Silva Gonçalves, membro desta Assembleia Municipal e representante do Grupo Municipal do CDS/PP, vem reclamar o seguinte: na acta nº2 desta A.M.

realizada em 24 de Abril de 2008, na fl. 7, 8º não consta toda a sua intervenção, conforme foi feita em defesa da sua honra, seguindo-se à intervenção do Sr. Ricardo de Moura, ficando omitido na acta seguinte: "Em resposta ao Sr. Ricardo Moura, tenho-lhe a dizer que o facto de não estar presente nesta Assembleia quando foi convidado o Eng.º Justo, deve-se ao facto de motivos imprevistos da minha vida pessoal impedirem a minha presença, ponto final.

Quanto ao facto do Sr. Ricardo dizer que não sabe se está contra o Presidente da Câmara ou contra o Presidente da Cooperativa eu não estou contra ninguém, estou contra a gerência da Cooperativa e como já se está a vender património eu não quero que acabe essa instituição como acabou a cooperativa de máquinas Agrícolas do barroso que em 1970 já tinha um capital de cerca de 3.000 contos e o Presidente da Direcção dessa Cooperativa era o actual Presidente da Cooperativa Agrícola de Batata da Semente de Montalegre, Eugénio Justo. Agora tire as dilações que entender. Montalegre, 27 de Junho de 2008, assinado Acácio Gonçalves.

Posta a votação, a acta foi aprovada por maioria com seis abstenções.

2 - Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados Alberto Fernandes, Manuel Duarte, Luís Carril, Domingos Vasconcelos, Acácio Gonçalves, Francisco Surreira, Teixeira Gomes, Ricardo Moura e Acácio Moura.

O deputado Alberto Fernandes entregou o seguinte documento à mesa: "Venho recordar dois acontecimentos que se passam no concelho. Um, diz respeito ao Desporto e à final de futsal Distrital da A.F. de Vila Real - Final four que se realizou nos dias 7 e 8 de Junho no Pavilhão Multiusos e que pela 1ª vez se realizou no concelho de Montalegre devido às excelentes condições do pavilhão. Foram as quatro melhores equipas federadas que num fim-de-semana, disputaram a Taça da Associação, entre elas o Grupo Desportivo e Cultural de Salto saiu vencedora a Chaves Futsal.

Outro facto relevante foi a visita a Lisboa nos dias 20 e 21 de Junho de todos os alunos do concelho que concluíram o 4º ano escolar. Foram três autocarros

de alegria, curiosidade e ansiedade. Em Fátima estenderam a toalha pela 1ª vez. Invadiram o Jardim Zoológico, deliciaram-se com o espectáculo dos Golfinhos! Mataram a curiosidade no teleférico! Gritaram eufóricos com a visita dos estádios de Futebol! À noite, custou-lhe a adormecer com a emoção de pela 1ª vez, ficaram fora de casa!

Souberam servir-se e comer com o apetite de quem delicia um manjar! Entusiasmaram-se no Oceanário e tentaram descobrir o nome da maioria das espécies de peixes, admirados com a beleza do local. Sabiam o nome das pontes, mas nunca pensaram ser tão grandes! Conheciam o Cristo Rei das novelas, mas nunca tinham visto o nosso!

Nunca pensaram que a Capital era tão bonita! E que o comboio passava mesmo ali ao lado do autocarro! Ou que as paredes do Jerónimos eram tão brancas! E que a Torre de Belém pousava no mar! Ficaram admiradas pelo Presidente da República ter uma casa tão grande! Os aviões traziam toda a selecção! Perguntavam com curiosidade, então não é preciso pagar nada!...

A Câmara pode se sentir feliz, por esta oferta, pois valorizou e enriqueceu os conhecimentos dos seus e nossos alunos. O dinheiro empregue com esta valiosa viagem de dois dias pode ter a certeza, Sr. Presidente, foi um bom investimento. Será uma recordação para toda a vida. Assinado, Alberto Martins.”

O deputado Manuel Duarte perguntou se há notícias quanto à derrama e à acção contra a EDP e se as reuniões sobre o PDM se já todas as Juntas reuniram.

Disse que lhe agrada que o multiusos já tenha actividades e vários eventos com grandes sucessos como a Feira do Livro, os médicos.

Há muitas queixas que no perímetro das albufeiras há muito lixo e se há hipótese de resolver o problema. Apresentou o seguinte voto de pesar: “Faleceu no dia 11 do corrente mês de Junho, Manuel António Pereira.

Foram 79 anos de idade, muitos deles dedicados à causa pública.

Um homem com formação seminarista, foi ligado à agricultura e à sua terra, tendo exercido o cargo de Presidente da Junta e de Vereador da Câmara Municipal.

A sua dedicação e ponderação levaram-no também a desempenhar o cargo de juiz de Instrução Criminal e era julgado da paz.

Foi director da Caixa Agrícola, da Cooperativa Agrícola, dos Bombeiros Voluntários e era Provedor da Misericórdia de Montalegre.

Foi também um homem dedicado à sua freguesia e ao concelho, merecendo o maior apreço todo o trabalho e investimento que conseguiu nos equipamentos sociais que levou a efeito e que administrava. A sua vida foi interrompida

precisamente no dia que ia tratar de mais projectos e investimentos nesta área para Montalegre e para o bem dos mais carenciados.

A nova creche de Montalegre, o novo Lar de Idosos de Montalegre, a Unidade de Cuidados Continuados que com tanta alegria preparava, têm a sua marca porque foi ele um dos principais responsáveis destes projectos, a cuja obra ficará indubitavelmente ligado.

Por tudo isto louvamos a sua acção, que merece ser continuada, e prestando-lhe a nossa homenagem como homem de bem do Barroso. Montalegre, 27 de Junho de 2008. Assinado, o Partido Socialista, Manuel Pereira Duarte.”

O deputado Luís Carril pediu esclarecimentos relativamente ao Centro Escolar de Salto e gostava de saber qual o ponto de situação.

Falou sobre o Multiusos e disse que no decorrer do congresso dos médicos, alguém lhe disse que estava a pingar água lá dentro. Perguntou a que deve esse facto e quais as medidas que estão a ser tomadas relativamente a esse assunto.

Perguntou ainda que obras se estão a fazer nas piscinas municipais.

Disse ainda que em Salto decorreram algumas pinturas de pavimentos das vias, mas na EN311, por esquecimento ou não, não se encontra pintada nem limpa.

Felicitou a Câmara pelo serviço de apoio à Junta de Salto na execução dos grandes projectos que estão em desenvolvimento.

Perguntou ao Presidente da Assembleia Municipal se já há respostas em relação à proposta de alteração do regimento.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que a política da limpeza nas aldeias está a ser mal executada e as brigadas não podem apenas restringir-se aos tractores. Deviam limpar com moto niveladoras dentro das aldeias.

Disse ainda que a estrada de Vila Nova a Ferral precisa de intervenção urgente. Relativamente aos CTT disse que continuam com os mesmos problemas, sendo a Junta a fazer essa distribuição.

O deputado Acácio Gonçalves falou sobre a queima do Judas e disse que é uma má organização pois começou o desfile para a rua e o Judas ficou em frente à Câmara.

Congratulou a 6ª feira 13 e a sua organização, pois Montalegre recebeu muita gente. Só lamenta é que os comércios estejam todos fechados pois os visitantes precisam de serviços.

Entregou o seguinte documento à mesa:” Ex^{mo}. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ex^{mo}. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Ex^{ma}. mesa da Assembleia Municipal, Ex^{mos}. Senhores Deputados, Ex^{mo}. Público: “Acácio da Silva Gonçalves, representante do grupo municipal de CDS/Partido Popular

nesta assembleia vem, num gesto de indignação a repulsa, interpelar o Sr. Presidente da Câmara Municipal e Vice-presidente da Câmara Municipal sobre um despacho exarado numa informação dos Serviços Sociais deste Município em que a Câmara Municipal deliberou por maioria ratificá-lo em 2 de Junho de 2008.

No dia 30/4/2008 os Serviços Sociais deste município informaram como é seu dever a Câmara Municipal que no lugar de Covêlo do Gerês existe uma família constituída pelos pais e três filhos menores em situação de remunerabilidade económica, constatando a chefe de Divisão Sócio Cultural, Dr. Irene Esteves que durante os fins-de-semana aquela família e nomeadamente os três filhos menores estavam a ser mal alimentados (apenas comiam batatas que lhes tinha sido oferecidas).

Por ser considerada uma situação de emergência social o Sr. Vereador Orlando em substituição do Sr. Presidente da Câmara Municipal que se encontrava ausente, autorizou, por despacho, a empresa de alimentos referenciados numa lista num valor, pasmem os senhores 53,35€ ou seja 10,67 por pessoa, isto é pagar-se-lhe um almoço e ficam comidos para sempre.

Mas como sabe o Sr. Vereador Orlando e toda a Câmara Municipal está a decorrer um processo de Promoção e Protecção de Menores no Tribunal de Montalegre e sabe-se como a nossa justiça é célebre nestas coisas de protecção social e principalmente com os pais presentes que além de serem morosos são complicados e com isto pretendo dizer que o tempo vai ser o pior inimigo para aqueles menores porque irão morrer de fome só a comerem batatas.

Perguntava ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se já foram tomadas medidas de fundo sobre esta família que é uma verdadeira "lástima" a fim de se evitar que a comunicação social transforme o caso num romance de malvezes e desprezo.

Permita-me Sr. Presidente e Sr. Vice-presidente contar uma pequena história sagrada que neste instante me ocorre: segundo a bíblia na antiguidade, tempo que passou por esta terra Jesus Cristo, os Fariseus tinham um velho costume que ao darem esmola ao pobre, mandavam o criado tocar o sino para que toda a aldeia soubesse que o fariseu deu a esmola.

Se existe alguma semelhança no ocorrido não toquem o sino e matem a fome aquela gente, recorram a tudo e não estejam à espera das "caritas" ou do Serviço Social estatal porque nesta terra alguns dos mais necessitados comem as migalhas que sobram à mesa dos ricos.

Para terminar permitam-me lembrar novamente ao Sr. Presidente da C.M. que os apoios sociais nesta terra limitam-se na sua maneira de dizer: "só se apoiam os mais necessitados". É caso para perguntar quais os mais necessitados quais os requisitos necessários?

Então continuarei aqui nesta assembleia a lembrar-lhe que os tempos que correm e à semelhança do que fazem dezenas e dezenas de concelhos esses apoios são essencialmente dirigidos a famílias numerosas nas reduções as taxas de água, continuidade e apoio na habitação, ligações de água, saneamento e licenciamento no melhoramento das suas condições de habitabilidade. Aos jovens o apoio no acesso à cultura, à radicação nesta terra desertificada, criação de empregos incentivando à iniciativa privada; aqueles que em comunhão vão iniciar uma vida nova prémios ao nascimento ao próprio casamento e acompanhamento da saúde dos filhos que todos merecemos que cresçam felizes e saudáveis. Assinado, Montalegre, 27 de Junho de 2008, Acácio Gonçalves.”

O deputado Francisco Surreira disse que o Presidente da Câmara na última Assembleia Municipal falou de um possível investidor que permaneceu no concelho durante 15 dias, mas que não encontrou mão-de-obra especializada para garantir a empresa. Em função disso, propôs que a Câmara promovesse cursos profissionais mais técnicos.

Sobre o Parque do Cavado disse que reconhece que foi uma obra bem feita e que embeleza bastante a vila, mas pergunta se a água está própria para banhos.

Falou sobre a luta dos agricultores, como é do conhecimento público através dos meios de comunicação social e disse que o Ministro da Agricultura não disse todas as verdades, omitindo muitas verdades. Omitiu nomeadamente sobre as agro-ambientais pois estas só existem verdadeiramente na zona do PNPG. Todas as aldeias que foram englobadas nas agro-ambientais como é o caso de Padornelos, Padroso, Mourilhe, Cambeses, Paradela, Fiães do Rio e Contim recebem mas com muita baixa percentagem.

Disse que também não é verdade que as ajudas estão a ser pagas em devido tempo, pois muita gente reclama subsídios de 2007, justificando-se que ainda não foi feita a fiscalização. Outra coisa que também não é verdade é o facto de antes de 2006 as pessoas podiam-se candidatar com um hectare de área arvense agora precisa de trabalhar 1 hectare ou animais para receber, ou seja, só recebem se produzirem em quantidade mas depois não lhe pagam e não escoam o produto.

Relativamente á batata passa-se o mesmo pois com o preço dos combustíveis a única hipótese dos agricultores são só subsídios.

O deputado Teixeira Gomes propôs à mesa que se programassem as reuniões com mais prazo de antecedência pois é-lhe impossível programá-las com tão pouca antecedência. Propôs que na próxima Assembleia Municipal seja marcada a seguinte.

Também pensa que a agricultura em Montalegre está acabada pois é uma região de montanha e a única de futuro no concelho é a produção de qualidade de carne a preços bons e diferenciados.

Sobre a exploração florestal disse que é com pensar que assiste à destruição massiva das florestas. As florestas de Montalegre ardem no Inverno porque deixamos que toda a gente faça queimadas sem seguir a lei das queimadas e as autoridades não ligam nada a isso e isso só demonstra falta de cultura.

Apelou à Câmara que limite a autorização das queimadas só a Janeiro e Fevereiro pois em Setembro é um mês criminal pois há grandes picos de falta de humidade. Pediu à Câmara para que peça autorização ao governo para fazer uma lei local contra as queimadas fora dos limites impostos. Queimar florestas é queimar água pois destroem raízes que seguram a humidade ao contrário do que a maior parte dos agricultores pensam.

O deputado Acácio Moura, sobre o Judas disse que se correu mal, não é culpa da Câmara Municipal de Montalegre, mas sim das Associações que não colaboram.

Falou sobre as freguesias englobadas no PNPG e sobre o licenciamento de obras pois não faz sentido que a Câmara Municipal envie os processos para o PNPG, pois este recebe o projecto mais ou menos aprovado mas nunca mais fiscaliza. Por isso quem deve fiscalizar é a Câmara Municipal para não se perder tempo.

Disse que os últimos eventos são de louvar mas a feira do esconjuro não tem razão de ser. Sobre o evento "À descoberta do Barroso" que vai ser realizado nos dias 5 e 6 de Julho disse que se devia fazer de um ano para o outro para que as agências possam vender os produtos.

O deputado Ricardo Moura felicitou o Acácio Gonçalves por não falar da Cooperativa. Disse que Montalegre não sabe aproveitar as festas e depois queixam-se que a vida está má, os comerciantes deviam ser punidos por não aproveitarem as oportunidades que a Câmara lhes dá. Montalegre está considerado um santuário e as pessoas querem ir ver a festa.

Concorda com o que o deputado Francisco Surreira disse pois lutou durante muitos anos pelos direitos dos agricultores.

Montalegre vieram milhões de contos e não os aproveitaram o que se fez.

O Ministro não é tolo pois os agricultores não podem ser ajudados todos os dias. Montalegre tem terras em poulo e vão buscar batatas a Espanha, centeio a Espanha, Trigo a Espanha, milho a Espanha. Os agricultores de Espanha estão a ficar cada vez mais ricos e os portugueses cada vez mais pobres. Não querem é trabalho. Querem é subsídios e o ministro sabe disso. O Governo que temos apercebeu-se que foi mal empregue e não pode continuar a admitir isso.

Ainda há hipótese de fazer coisas de qualidade mas Montalegre não quer pois isso é exemplo é a Feira do Fumeiro. Ninguém quer fazer as cozinhas e vender qualidade. Disse que é preciso denunciar pessoas que vendem gato por lebre, pois é crime.

O deputado Joaquim Pires disse é preciso que haja representantes dos agricultores e que haja escoamento dos produtos. Tem que haver é união dos agricultores, pois os mercados têm que se procurar. Não podemos ficar à espera que venham ter connosco e não esperar por subsídios, pois já se viu que estes não funcionam.

Sobre as marcações com mais antecedência pensa que não pode ser pois a Câmara tem assuntos de última hora que devem ser inseridos na ordem de trabalhos da assembleia.

O Senhor Presidente da Câmara lembrou o congresso dos médicos e agradeceu à organização ter conseguido impor o nome de Montalegre a nível nacional. Foi uma oportunidade de negócio com bons equipamentos ao dispor das entidades e das empresas sem qualquer encargos e a Câmara Municipal dá apoio.

Sobre a apreciação do deputado Alberto Fernandes disse que a iniciativa de ir a Lisboa é anual e o encanto das crianças é recompensado. É uma obrigação da Câmara que tem reconhecimento dos professores e dos pais.

Falou sobre Centro Escolar de Salto e disse que este não está financiado. Foi aprovado o de Montalegre pois apenas um Centro Escolar foi aprovado por Município.

Sobre o multiusos disse que ninguém andou a nadar lá dentro. Entende a atitude do PSD que sempre boicotou a obra, pois está-lhe trancada na garganta e arranja problemas onde não existem.

Sobre a Piscina disse que está a sofrer obras de manutenção bem como revisões dos equipamentos pois são máquinas complicadas mas de grande qualidade, e estão a fazer-se umas pequenas pinturas e limpezas.

Sobre a estrada 311 disse que esta devia ter erro de medição mas já foi comunicado à Direcção de Estradas de Portugal.

Sobre a derrama disse que o assunto já está na Direcção Geral das Finanças e o aumento será muito bom mas não adianta mais informações sobre este assunto, pois quer ter fundamentações para o fazer.

Sobre as rendas da EDP disse que está em aberto e com requerimento pendente no ministério da economia mas continua-se a fazer pressão, tendo a EDP interesse em resolver o problema.

Disse que o PDM está em fase final e encerrado o trabalho faltando apenas Salto e Montalegre e no final do ano estará em aprovação. Houve grande entendimento com as Juntas e uma sensibilização de ordenamento limitado.

Sobre a limpeza das aldeias disse que a Câmara recebe 1/3 do que paga à RESAT. Nas aldeias é mais barato mas tem que se aumentar a taxa pois a Câmara Municipal não pode assumir esta responsabilidade.

Concordou que a estrada de Vila Nova a Ferral precisa de uma intervenção mas vai sofrer-la assim que possível.

Sobre os correios disse que sabe que estes andam em negociações, pois os CTT querem fazer bem mas com pouco dinheiro.

Disse que a Queima dos Judas coincide com uma época do ano má pois o mau tempo faz com que não se consiga valorizar.

Disse que a 6ª feira 13 traz benefícios para a hotelaria e para o nome de Montalegre, mas fica magoado com os hoteleiros quando só demonstram inveja. No próximo ano calham todas no Inverno e este ano fez-se um forcing. Então a Câmara Municipal pediu ao Bombeiros Voluntários de Montalegre que servissem jantares pois não se dava vazão a tanta gente.

O caso social não tem a gravidade que lhe atribuíram pois a Câmara dá dinheiro a quem precisa, mas bem gasto e está a ser tratado da melhor maneira.

Sobre a falta mão-de-obra qualificada disse que não é só relativamente à formação mas sim há falta de empresas para empregar essa gente. O concelho não é um concelho com tradição operária.

Sobre a água do Parque do Cávado disse que é imprópria e a chapa está encomendada para se lá colocar. Não é perigosa mas são exigências da lei.

Sobre a agricultura disse que ainda bem que os subsídios ficaram em Montalegre só é pena que não fossem canalizados para agricultura e é obrigação do Ministro questionar e tomar decisões. Há uma questão europeia que tem que ser solucionada mas é complicado. O ministério da agricultura tem de PIDAC mais do que a Justiça e a Administração Interna. Algo está mal.

Paredes do Rio e Pitões já têm visitas guiadas e isso é de louvar. Sobre as queimadas disse que não era preciso fazer novas leis mas se a lei que existe fosse cumprida já era bom. É preciso que haja civismo e as escolas fazem um bom trabalho nesse campo.

Sobre o caso das licenças das obras feitas na área do PNPG, a Câmara Municipal de Montalegre foi a única que defendeu que fosse abolido esse acordo e espera que a nova lei altere isso.

Sobre o fim-de-semana "À descoberta do Barroso" tem como objectivo desafiar a hotelaria local mas não vai fazer todos os anos, pois já há uma empresa que o faz e bem.

Não tendo sido levantada a questão das escolas falou sobre o encerramento da escola de Vilar de Perdizes. Disse que, desde que foi feita a carta educativa até então, verificou-se que o concelho de Montalegre teve um abalo muito grande. Não se podem ignorar o obvio e ter sempre como objectivo principal servir melhor os alunos. A escola de madeira é acolhedora, já recebeu 1000 alunos e

agora tem apenas 200. O decréscimo da natalidade é um facto e o fecho da escola de Vilar de Perdizes é uma necessidade. Não podemos por em 1º lugar o bem-estar dos pais e a sua comodidade. A Câmara decidiu apoiar a decisão do Ministério da Educação de virem para Montalegre pois assim dão aos alunos qualidade na educação. A Câmara vai gastar mais dinheiro nos transportes, nos guias e na alimentação. No Alto Barroso vão haver 288 alunos e a tendência é diminuir.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados, Joaquim Pires, Luís Carril, Francisco Surreira, Carla Ferreira e António Ferreira.

O deputado Joaquim Pires disse que o encerramento da escola do bairro e a de Vilar de Perdizes não foi o mais correcto pois a escola não têm condições causando acidentes graves. Não tem segurança nenhuma e estão a precipitar-se podendo esperar pelo novo Centro Escolar.

O deputado Luís Carril disse que não se começa a casa pelo telhado e a escola não tem segurança. E perguntou a que horas chegam os primeiros alunos e a que horas abrem as portas interiores do recinto.

A marcação da Assembleia Municipal chega muito em cima da hora e entende que os pontos da ordem do dia não sejam possíveis enviar mas pelo menos a data ficaria defenida.

Sobre os incêndios disse que não acredita que os bombeiros não vão lá, são muito prontos e eficientes no multiusos.

Sobre a entrada da água ficou esclarecido que não entrou.

Sobre o PNPG disse que, caso o Parque não dê resposta atempada a Câmara Municipal pode despachar.

É de lamentar que os restaurantes estejam fechados nos dias dos maiores eventos. E perguntou se o castelo e o posto de turismo estarão abertos no verão.

O deputado Francisco Surreira disse que sabe que muitos investimentos não foram realizados e muitos subsídios eram desviados para gasóleo para aquecimento mas grande parte da frota de tractores foi conseguida com subsídios. Toda a gente sabe que a batata no Barroso é mais cara pois os agricultores têm as máquinas e não as utilizam.

Há muitas famílias que esperam para viver dos subsídios pois só para a segurança social são precisos 400euros.

A deputada Carla Ferreira disse que ninguém em Vilar está contra a vinda dos alunos para o Centro Escolar, estão contra a vinda para uma escola com menos

condições. E ela como aluna que foi de Vilar nunca se sentiu inferior aos da Vila.

O deputado António Ferreira contestou o Presidente da Assembleia e o espaço está reduzido a pedido dos pais e acidentes graves só existiram porque são típicos da idade da euforia.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o encerramento das escolas tem muito de emocional mas quem gere tem que ser prático e calculista.

Vêm este ano porque estão todos numa turma por ano lectivo. Pecam por ser tardios esta transferência.

A reforma que se está a fazer na educação é uma das melhores e das que devia ser feita há mais tempo. Os alunos estão colocados por turmas facilitando os professores a ensinar e facilitando o aluno a aprender.

A escola pública é igual para todos e tem que dar mais condições pedagógicas.

Os alunos do 1º ciclo e pré-escolar têm transporte especial e chegam às 9 horas e a escola está aberta desde as 7h30.

Não há necessidade de ter o turismo aberto, a informação está no site da Câmara.

Posta a votação o “voto de pesar” proposto pelo deputado Manuel Duarte foi aprovado por unanimidade.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Luís Carril, Francisco Surreira e Paulo Cruz.

Luís Carril disse que se há pessoa que valoriza o trabalho dos funcionários da Câmara Municipal, ele é um deles. O que lhe custa é ver discriminado que o trabalho deles é por exemplo, instalar uma mangueira na Venda Nova. Não é

digno e não quer dizer que os pequenos serviços não tenham que ser feitos, mas um trabalho meritório ser resumido a pequenas coisas, não é correcto.

Disse ainda que se calhar para o plano de actividades trimestral da junta de freguesia, apresenta obras com consistência.

Disse que ficou feliz por saber que se valoriza o tratamento paisagístico da pista automóvel, pois o PSD há muito alertou para esse facto.

Disse que na página nº3 da situação financeira do relatório de contas tem transferências para obras em algumas freguesias e pergunta se estas verbas são para obras específicas ou para reforço da capacidade financeira das juntas.

Se são para obras perguntou se a Câmara Municipal tem o registo da execução e se são orçamentadas ou não antes.

O deputado Paulo Cruz apresentou requerimento para a alteração da acta. Concordou com o deputado Teixeira Gomes, pois os Bombeiros Voluntários de Montalegre são chamados mas por vezes há poucos bombeiros para tantos incêndios e pediu que coloquem este assunto na ordem de trabalhos, pois é a falar e sensibilizar que se conseguem resultados. Disse que não admite que as queimadas sejam práticas agrícolas e que ninguém seja questionado. Não concorda com o que o Carril disse pois se os trabalhos são feitos devem ser referenciados, independentemente do seu cariz.

O deputado Francisco Surreira, sobre as placas toponímias disse que os códigos foram alterados e perguntou se os CTT já foram comunicados dessa alteração.

O Senhor Presidente da Câmara disse sobre as verbas transferidas para as juntas disse que umas são para obras específicas outras para obras de iniciativa da juntas. São obras que não aparecem na rubrica "obras promovidas pela Câmara".

Disse que o deputado Carril ficou admirado como é que em 117 máquinas e equipamentos, apenas 11 é que são ligeiros. Como é que vão dizer que a Câmara gasta tanto gasóleo se só apenas há 11 viaturas ligeiras. Em relação aos trabalhos feitos pelos funcionários da Câmara Municipal, disse que qualquer trabalho é digno de ser colocado no relatório pois mesmo sendo trabalho de pormenor, a quantidade de serviços feitos nas 135 aldeias do concelho é muito grande.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 – 1ª Revisão aos Documentos Previsionais / Ano financeiro de 2008

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: aprovada por unanimidade.

4.3 – Proposta de alteração dos Estatutos da Empresa “Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso. S.A” / Pedido de autorização.

O Senhor Presidente da Câmara e o Dr. Nuno Vaz informaram a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

4.4 – Deliberação camarária de 7 de Abril de 2008 que aprovou a transferência da gestão do sistema de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos para a Empresa “Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A” / Proposta de revogação da deliberação da Assembleia Municipal de 24 de Abril de 2008.

O Senhor Presidente da Câmara e o Dr. Nuno Vaz informaram a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

4.5 – Delegação de competências no Conselho Directivo da Associação de Municípios do Alto Tâmega para aprovação das orientações estratégicas e representação nos contratos de gestão e/ou de contratos- programa relativamente à Empresa “Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A”/ Proposta de Revogação da deliberação da Assembleia Municipal de 27 de Junho de 2007.

O Senhor Presidente da Câmara e o Dr. Nuno Vaz informaram a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

4.6 – ADRAT / Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano financeiro de 2007.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

Deliberação: aprovado por unanimidade.

4.7- ADRAT I & D, Sociedade Unipessoal, Lda / Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano financeiro de 2007.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

Deliberação: aprovado por unanimidade.

4.8 – Liga dos Amigos do Hospital Distrital de Chaves / Relatório de actividades e Contas de Gerência relativos aos Exercício de 2007.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

Deliberação: aprovado por unanimidade.

4.9 – Região de Turismo do Alto Tâmega e Barroso / Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano financeiro de 2007.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

Deliberação: aprovado por unanimidade.

4.10 - Barrosana, E.M/ Relatório e Contas relativas ao ano exercício económico de 2007.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

Deliberação: aprovado por unanimidade.

5 – PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, esta minuta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário
